

volume

1

Cassio Scarpinella Bueno

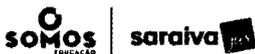
Curso
Sistemizado
de Direito
Processual Civil

Teoria Geral do Direito Processual Civil
Parte Geral do Código de Processo Civil

9ª edição
2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-53602-00-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGELICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Consultoria acadêmica	Munilo Angeli Dias dos Santos
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Fernanda Matajs Guiherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisari Reis
Planejamento e processos	Claíssa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Ferrmino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Fernando Penteado Mônica Gonçalves Dias Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Fernando Alves
Diagramação	Designios Editoriais
Revisão	Caio Cobucci Leite Silvana Cobucci
Capa	Danilo Zanott / Aero Comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Bueno, Cassio Scarpinella

Curso sistematizado de direito processual civil, vol. 1 : teoria geral do direito processual civil : parte geral do código de processo civil / Cassio Scarpinella Bueno. -- 9. ed. -- São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Processo civil I. Título.

18-0864

CDU 347.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil

347.9

Data de fechamento da edição: 4-7-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 600061 CAE 586611

1127618

Sumário

<i>Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015</i>	25
<i>Abreviaturas</i>	31

Parte I

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Capítulo 1

Objeto e desdobramentos do direito processual civil	37
1. Primeiras noções.....	37
2. Objeto do direito processual civil.....	45
3. Meios não jurisdicionais de solução de conflitos.....	46
3.1. Conciliação.....	48
3.2. Mediação.....	49
3.3. Arbitragem.....	50
3.4. Juizados Especiais.....	52
4. As chamadas jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	52
5. Notícia histórica do direito processual civil positivado no Brasil.....	55
5.1. Uma primeira aproximação do CPC.....	59
6. As subdivisões do direito processual civil.....	62
6.1. Direito processual coletivo.....	64
6.2. Direito processual público.....	66
6.2.1 Direito processual tributário.....	70
6.2.2 Direito processual constitucional.....	71
6.3. Direito processual do consumidor.....	71
6.4. Direito processual societário.....	72
6.5. Direito processual transnacional.....	73
6.6. Direito processual convencional.....	75

Capítulo 2

Bases para um pensamento contemporâneo do direito processual civil...	77
1. Notícia histórica do estudo científico do direito processual civil.....	77
2. Elementos para compreensão da fase contemporânea do estudo científico do direito processual civil.....	81
2.1 A necessária aproximação entre direito processual e direito material.....	86
2.2 As ondas de acesso à justiça.....	87
2.3 A instrumentalidade do processo.....	90
2.4 Os direitos fundamentais e o direito processual civil	92
2.5 Síntese conclusiva parcial	96
2.6 A interpretação do direito e a atividade jurisdicional	98
2.6.1 A crise do legalismo.....	98
2.6.2 A indispensabilidade da interpretação do direito	100
2.6.3 A norma jurídica e sua concretização.....	102
2.6.4 A chamada constitucionalização do direito	104
2.6.5 O papel do direito jurisprudencial.....	106
2.6.6 O papel do magistrado na ordem jurídica atual	109
2.7 O neoconcretismo: um primeiro aceno.....	110

Capítulo 3

O modelo constitucional do direito processual civil.....	111
1. Considerações iniciais	111
2. Os princípios constitucionais do direito processual civil.....	117
2.1 Princípios jurídicos: breves ilações	120
2.1.1 O chamado princípio da proporcionalidade.....	123
2.2 Acesso à justiça	126
2.3 Devido processo constitucional	128
2.4 Contraditório (cooperação)	131
2.5 Ampla defesa.....	134
2.6 Juiz natural.....	136
2.7 Imparcialidade	138
2.8 Duplo grau de jurisdição	139
2.9 Colegialidade nos Tribunais.....	141

2.10	Reserva de plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	142
2.11	Isonomia	143
2.12	Publicidade	145
2.13	Motivação.....	147
2.14	Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos.....	148
2.15	Assistência jurídica integral e gratuita.....	151
2.16	Eficiência processual	152
2.17	Efetividade do direito pelo e no processo	155
2.18	Princípios-síntese	157
3.	Organização judiciária na Constituição Federal.....	158
3.1	Composição dos Tribunais	159
3.2	Organização dos Tribunais	160
3.3	Regimentos internos dos Tribunais.....	162
3.4	Supremo Tribunal Federal.....	164
3.5	Superior Tribunal de Justiça.....	168
3.5.1	Conselho da Justiça Federal e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	170
3.6	Conselho Nacional de Justiça	172
3.7	Justiça Federal.....	177
3.7.1	Tribunais Regionais Federais.....	178
3.7.2	Juizes federais.....	180
3.8	Tribunais de Justiça e juizes dos Estados e do Distrito Federal.....	182
4.	Funções essenciais à Justiça.....	183
4.1	Magistratura	185
4.1.1	O magistrado.....	186
4.2	Ministério Público	191
4.2.1	Ministério Público como parte.....	196
4.2.2	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	198
4.2.3	Integrantes do Ministério Público	199
4.2.4	Conselho Nacional do Ministério Público	201
4.3	Advocacia e advogado	203
4.3.1	Advocacia pública.....	207

4.3.2	Ordem dos Advogados do Brasil.....	209
4.3.3	Honorários de advogado.....	212
4.4	Defensoria Pública.....	213
4.4.1	Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i>	218
4.4.2	Defensor público.....	219
5.	Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados.....	224
5.1	Tutela jurisdicional das liberdades públicas das diversas gerações.....	225
5.2	Controle de constitucionalidade.....	228
5.3	Súmulas vinculantes do STF.....	232
5.4	Cumprimento de sentença e execução contra a Fazenda Pública.....	234
5.5	Controle de específicas competências reconhecidas pela Constituição Federal.....	237
6.	Normas de concretização do direito processual civil.....	239
6.1	Notas de (devido) processo legislativo.....	240
6.2	Processo e procedimento.....	244
6.3	Regimentos internos dos Tribunais.....	249
6.4	Proposta.....	250

Capítulo 4

	Institutos fundamentais do direito processual civil.....	253
1.	Considerações iniciais.....	253
2.	Jurisdição.....	254
2.1	Funções típicas e atípicas da atuação do Estado.....	256
2.2	Características.....	257
2.2.1	Substitutividade.....	258
2.2.2	Imperatividade.....	258
2.2.3	Imutabilidade.....	259
2.2.4	Inafastabilidade.....	259
2.2.5	Indelegabilidade.....	260
2.2.6	Inércia.....	261
2.3	Espécies.....	262
2.3.1	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	262
2.3.2	Jurisdição comum e jurisdição especial.....	264
2.3.3	Jurisdição civil e jurisdição penal.....	265

2.3.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição contenciosa-administrativa	266
2.3.5	Jurisdição inferior e jurisdição superior	267
2.3.6	Jurisdição de direito e jurisdição de equidade	269
2.3.7	Jurisdição interna e jurisdição externa	269
2.4	Competência: primeiras considerações	270
3.	Ação	271
3.1	As chamadas ações de conhecimento e de execução: apreciação crítica	280
3.2	O mínimo indispensável para o exercício do direito de ação	284
3.2.1	Legitimidade	291
3.2.2	Interesse	295
3.2.3	Dinâmica	298
3.3	Os chamados “elementos da ação”	300
3.4	Nota sobre a chamada “cumulação de ações”	303
4.	Processo	304
4.1	Os chamados “processos de conhecimento” e “de execução”: análise crítica	313
4.2	Procedimento	317
4.2.1	Procedimento comum e procedimentos especiais	318
4.3	Pressupostos processuais	322
4.3.1	Pressupostos de existência do processo	325
4.3.1.1	Provocação inicial	325
4.3.1.2	Jurisdição	326
4.3.1.3	Citação	326
4.3.2	Pressupostos processuais de validade do processo	328
4.3.2.1	Aptidão da provocação inicial	329
4.3.2.2	Competência absoluta do juízo	329
4.3.2.3	Imparcialidade do magistrado	330
4.3.2.4	Legitimidade processual: capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo	331
4.3.2.5	Capacidade postulatória	335
4.3.2.6	Citação válida	336
4.3.3	Pressupostos negativos	336
4.3.3.1	Litispendência	337
4.3.3.2	Coisa julgada	337

4.3.3.3	Perempção	338
4.3.3.4	Convenção de arbitragem e reconhecimento da competência do tribunal arbitral	339
4.3.3.5	Falta de caução ou outra prestação exigida pela lei	340
4.4	Dinâmica dos pressupostos processuais	341
4.4.1	Análise dos pressupostos processuais pelo juízo de primeiro grau de jurisdição	341
4.4.2	Análise dos pressupostos processuais em sede recursal	342
4.5	Proferimento de decisão de mérito e pressupostos processuais	344
4.6	“Extinção” do processo e pressupostos processuais	345
5.	Defesa	346
5.1	Mínimo indispensável ao exercício do direito de defesa	348
5.2	Comportamentos do réu	349
5.2.1	Contestação	350
5.2.2	Exceções e objeções	352
5.3	Exercício do direito de ação pelo réu	355

Capítulo 5

	<i>Neoconcretismo e tutela jurisdicional</i>	359
1.	Considerações iniciais	359
2.	O neoconcretismo	361
3.	Tutela jurisdicional	365
3.1	Tutela (material) de direitos e tutela (jurisdicional) de direitos	366
4.	Classificações da tutela jurisdicional	370
4.1	Tutela jurisdicional classificada pela perspectiva do dano: tutela preventiva e tutela repressiva	371
4.1.1	Uma palavra adicional sobre a tutela jurisdicional preventiva	371
4.2	Tutela jurisdicional classificada pelo momento de sua prestação: tutela antecipada e tutela ulterior	373
4.3	Tutela jurisdicional classificada pela necessidade de sua confirmação: tutela provisória e tutela definitiva	375
4.4	Tutela jurisdicional classificada em função de suas relações com o direito material: tutela satisfativa e tutela conservativa	376
4.5	Tutela jurisdicional classificada pela eficácia: não executiva e executiva	376
5.	Cognição judicial	385

Parte II

Parte Geral do Código de Processo Civil

Capítulo 1

Normas processuais civis.....	391
1. Considerações iniciais	391
2. Normas fundamentais do processo civil	392
2.1 Ainda o modelo constitucional do direito processual civil	393
2.2 O princípio da inércia da jurisdição	395
2.3 Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos	396
2.4 Princípio da eficiência processual	397
2.5 Boa-fé	398
2.6 Cooperação	401
2.7 Princípio da isonomia	404
2.8 Hermenêutica do direito processual civil	404
2.9 Princípio do contraditório	406
2.10 Ainda o contraditório: vedação das decisões-surpresa	408
2.11 Princípios da publicidade e da fundamentação	409
2.12 Ordem cronológica de conclusão	411
3. Aplicação das normas processuais	414
4. Aplicação supletiva e subsidiária do CPC	421

Capítulo 2

Função jurisdicional	423
1. Considerações iniciais	423
2. Jurisdição	424
3. Ação	425
3.1 Especificamente o interesse de agir	430
3.2 Legitimação extraordinária	432
4. Limites da jurisdição nacional	434
5. Cooperação internacional	437
5.1 Disposições gerais	437
5.2 Auxílio direto	438
5.3 Carta rogatória	440

5.4	Disposições comuns	441
6.	Competência	441
6.1	Disposições gerais	442
6.1.1	Competência absoluta e relativa	444
6.1.2	Outros critérios classificatórios da competência	446
6.2	Competência no âmbito da Constituição Federal	449
6.2.1	Supremo Tribunal Federal	449
6.2.2	Superior Tribunal de Justiça	450
6.2.3	Tribunais Regionais Federais	451
6.2.4	Justiça Federal de primeira instância	451
6.3	Competência no âmbito do CPC: competência de foro	459
6.4	Competência de juízo	465
6.5	Modificação da competência	467
6.5.1	Conexão	467
6.5.2	Continência	469
6.5.3	Foro de eleição	469
6.5.4	Vontade do réu	470
6.6	Conflito de competência	473
7.	Cooperação nacional	473
Capítulo 3		
Sujeitos do processo..... 477		
1.	Considerações iniciais	477
2.	Partes e procuradores	477
2.1	Capacidade de estar em juízo e capacidade processual	478
2.2	Curador especial	479
2.3	Legitimidade dos cônjuges e companheiros em juízo	481
2.4	Representação processual	482
2.5	Vícios na representação processual	483
2.6	Deveres	484
2.7	Responsabilidade das partes por dano processual	486
2.8	Despesas processuais	487
2.9	Honorários advocatícios	490

2.10	Dinâmica das despesas, honorários e multas	500
2.11	Gratuidade da Justiça	503
2.11.1	Abrangência do benefício	504
2.11.2	Dinâmica do requerimento	505
2.11.3	Recursos	507
2.11.4	Revogação definitiva	507
2.12	Sucessão das partes e dos procuradores	507
3.	Litisconsórcio	508
3.1	Classificações	509
3.1.1	Litisconsórcio ativo necessário	511
3.1.2	Intervenção litisconsorcial	512
3.1.3	Litisconsórcio ulterior	513
3.2	Hipóteses de formação do litisconsórcio	513
3.2.1	Limitação do litisconsórcio facultativo	515
3.3	Regime jurídico	518
3.3.1	Aplicações	519
3.4	Outras regras sobre o litisconsórcio	520
4.	Intervenção de terceiros	522
4.1	Outras hipóteses de intervenção de terceiros	524
4.2	Negócios processuais e intervenção de terceiros	524
4.3	Assistência	525
4.3.1	Modalidades de assistência	526
4.3.2	Interesse jurídico que legitima a intervenção do assistente	527
4.3.3	Cabimento e oportunidade da assistência	528
4.3.4	Pedido de intervenção	529
4.3.5	Assistência simples	530
4.3.5.1	Os limites à atuação do assistente simples	532
4.3.5.2	Justiça da decisão (eficácia da intervenção)	533
4.3.5.3	Coisa julgada	535
4.3.6	Assistência litisconsorcial	535
4.3.6.1	Atuação do assistente litisconsorcial	537
4.3.6.2	Coisa julgada	538
4.4	Denúnciação da lide	538

4.4.1	Hipóteses de cabimento	539
4.4.2	Facultatividade da denunciação	539
4.4.2.1	Resguardo da ação autônoma	540
4.4.2.2	A facultatividade da denunciação e a prescrição	541
4.4.3	Denúncias sucessivas	542
4.4.4	Denúncia e novo fundamento	544
4.4.5	A petição inicial da denúncia da lide	545
4.4.6	Citação do denunciado	546
4.4.7	Suspensão do processo	547
4.4.8	Denúncia feita pelo autor	547
4.4.9	Denúncia feita pelo réu	549
4.4.10	A condenação “direta” do denunciado	550
4.4.11	Denúncia da lide como cumulação eventual de pedido	553
4.4.12	A responsabilização pelas verbas de sucumbência	553
4.5	Chamamento ao processo	554
4.5.1	Hipóteses de cabimento	556
4.5.2	Procedimento do chamamento ao processo	558
4.5.3	Suspensão do processo	559
4.5.4	Citação para que os chamados contestem	559
4.5.5	Julgamento e seus efeitos	559
4.6	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	561
4.6.1	Legitimidade	561
4.6.2	Hipóteses	562
4.6.3	Cabimento	563
4.6.4	Anotação no distribuidor	565
4.6.5	Descon sideração requerida com a petição inicial	565
4.6.6	Suspensão do processo	566
4.6.7	Pressupostos de instauração	567
4.6.8	Admissão do incidente	568
4.6.9	Citação e manifestação do sócio ou da pessoa jurídica	568
4.6.10	Tutela provisória	569
4.6.11	Julgamento e recursos	570
4.6.12	Efeitos do julgamento	572

4.6.13	Coisa julgada	573
4.6.14	Despesas e honorários advocatícios	573
4.6.15	Embargos de terceiro	574
4.6.16	Fraude à execução	574
4.7	<i>Amicus curiae</i>	575
4.7.1	Pressupostos para a intervenção	576
4.7.2	Modos de intervenção e controle	577
4.7.3	Representatividade adequada e interesse institucional	578
4.7.4	Candidatos a <i>amicus curiae</i>	578
4.7.5	Prazo para manifestação	580
4.7.6	Alteração de competência	580
4.7.7	Legitimidade recursal	581
4.7.8	A atuação do <i>amicus curiae</i>	583
5.	Magistrado	584
5.1	Deveres-poderes	585
5.1.1	Igualdade de tratamento	586
5.1.2	Velar pela razoável duração do processo	586
5.1.3	Zelar pela probidade processual	586
5.1.4	Flexibilização de técnicas executivas (dever-poder geral de concreti- zação)	586
5.1.5	Estímulo à autocomposição	588
5.1.6	Dilatação de prazos e inversão na ordem de produção de provas ...	589
5.1.7	Dever-poder geral de polícia	590
5.1.8	Interrogatória livre	591
5.1.9	Dever-poder geral de saneamento	591
5.1.10	Estímulo ao processo coletivo	592
5.2	CrITÉRIOS decisÓRIOS	593
5.3	Responsabilidade	595
5.4	Impedimento e suspeição	595
5.4.1	Forma de arguição	597
5.4.2	Outros destinatários das normas	598
5.5	Auxiliares da Justiça	598
5.5.1	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça	598

5.5.2 Perito	600
5.5.3 Depositário e administrador	601
5.5.4 Intérprete e tradutor	602
5.5.5 Conciliadores e mediadores judiciais	602
6. Ministério Público	607
7. Advocacia privada	611
8. Advocacia pública	614
9. Defensoria pública	616

Capítulo 4

Atos processuais	619
1. Considerações iniciais	619
2. Forma	620
2.1 Atos em geral	620
2.2 Negócios processuais	621
2.2.1 Calendário processual	628
2.3 Prática eletrônica	631
2.4 Atos das partes	633
2.5 Pronunciamentos do juiz	635
2.6 Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	637
3. Tempo	638
4. Lugar	639
5. Prazos	640
5.1 Contagem e fluência	642
5.2 Verificação e penalidades	646
6. Preclusão	646
7. Comunicação	648
7.1 Citação	649
7.1.1 Modalidades de citação	651
7.2 Cartas	656
7.3 Intimações	657
8. Nulidades	660
9. Distribuição e registro	666
10. Valor da causa	669

Capítulo 5

Tutela provisória	673
1. Considerações iniciais	673
2. Notas de processo legislativo	675
3. Classes	676
3.1 Urgência e evidência	677
3.2 Antecedente e incidente	678
3.3 Cautelar e antecipada	678
4. Disposições gerais	681
4.1 Competência	681
4.1.1 Tutela provisória perante os tribunais	682
4.2 Motivação	684
4.3 Duração	684
4.4 Dever-poder geral de assecuramento (cautela) e de satisfação (antecipação) ..	685
4.5 Tutela provisória requerida em caráter incidental	686
4.6 Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória	687
4.7 Outras questões	688
4.7.1 Impossibilidade de concessão de ofício	688
4.7.2 Legitimidade	688
4.7.3 Prazos e momentos	689
5. Tutela de urgência	690
5.1 Pressupostos	690
5.2 Caução	693
5.3 Concessão liminar ou mediante audiência de justificação	693
5.4 Risco de irreversibilidade	695
5.5 Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar	698
5.6 Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência	699
5.7 Outras regras gerais	701
6. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	701
6.1 Petição inicial	702
6.2 Se concedida a tutela antecipada antecedente	703
6.3 Se não concedida a tutela antecipada antecedente	705

6.4	Se não houver aditamento da petição inicial	706
6.5	Estabilização da tutela provisória	707
6.5.1	Dinâmica da estabilização.....	711
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	713
7.1	Citação do réu e suas atitudes	714
7.2	Apresentação do pedido principal	714
7.3	Duração	716
7.4	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal	717
8.	Relações entre as tutelas provisórias requeridas em caráter antecedente	718
9.	Tutela da evidência	721
9.1	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte ...	722
9.2	Alegações de fato comprovadas documentalmente e tese firmada em repetitivos ou em súmula vinculante	723
9.3	Pedido reipersecutório	724
9.4	Suficiência de provas	724
9.5	Concessão liminar	726
10.	Tutela provisória e o direito processual público	727
10.1	Restrições à tutela provisória (art. 1.059)	730
10.2	Em especial a “suspensão da tutela provisória”	734
10.3	O art. 1.059 e a tutela da evidência	737
10.4	(In)constitucionalidade do art. 1.059	737

Capítulo 6

	Formação, suspensão e extinção do processo.....	741
1.	Considerações iniciais	741
2.	Formação do processo	742
3.	Suspensão do processo	744
3.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador	744
3.2	Convenção das partes	746
3.3	Arguição de impedimento ou suspeição	746
3.4	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	747
3.5	Relações externas com a decisão de mérito	748

3.5.1 Relação entre processos civil e penal	749
3.6 Força maior	749
3.7 Tribunal Marítimo	749
3.8 Outros casos previstos no Código de Processo Civil	751
3.9 Parto ou concessão de adoção	752
3.10 Advogado que se tornar pai	754
4. Extinção do processo	755
4.1 Extinção do processo e prévio saneamento	757
 <i>Bibliografia citada e consultada</i>	 761
<i>Sites consultados</i>	797

volume

2

Cassio SCARPINELLA Bueno

**Curso
Sistemizado
de Direito
Processual Civil**

**Procedimento Comum,
Processos nos Tribunais e Recursos**

9ª edição
2020

saraiva  **jur**



Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteadó
Consultoria acadêmica	Murilo Angell Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira Estevão Bula Gonçalves
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Gledson Zifssak
Revisão	Denise Dognini
Capa	Danilo Zanott / Aero Comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Barтира

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Bueno, Cassio Scarpinella

Curso sistematizado de direito processual civil, vol. 2 : procedimento comum, processos nos tribunais e recursos / Cassio Scarpinella Bueno. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
824 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1406-6 (impresso)

1. Processo civil I. Título.

20-0103

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9

Data de fechamento da edição: 28-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606086 CAE 716940

Sumário

<i>Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015</i>	29
<i>Nota prévia às edições de 2020 do Curso sistematizado</i>	35
<i>Abreviaturas</i>	39

Parte I

Procedimento comum

Capítulo 1

Do “processo de conhecimento” ao procedimento comum	45
1. Considerações iniciais	45
2. Procedimento comum como regra	46
3. A subsidiariedade do procedimento comum	47
4. Processo e procedimento	49
5. O chamado “processo de conhecimento”	55
6. Fases do procedimento comum	60
7. Proposta de estudo	63

Capítulo 2

Fase postulatória	65
1. Considerações iniciais	65
2. Petição inicial	65
3. Requisitos da petição inicial	66
3.1 Juízo a que é dirigida	67
3.2 Qualificação do autor e do réu	68
3.3 Fato e fundamentos jurídicos do pedido	70
3.4 Pedido com suas especificações	71
3.4.1 Pedido certo	73

3.4.1.1	Efeitos anexos	74
3.4.2	Pedido determinado	78
3.4.3	Cumulação de pedidos	80
3.4.3.1	Regras para cumulação de pedidos.....	83
3.4.4	Cumulação subjetiva	86
3.4.5	Cumulação de pedidos pelo réu	86
3.4.6	Pedido e obrigações alternativas	87
3.4.7	Pedido e obrigações indivisíveis.....	89
3.4.8	Modificação do pedido	90
3.5	O valor da causa.....	92
3.6	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	92
3.6.1	Juntada de documentos com a petição inicial	93
3.6.2	Documentos em poder do réu	94
3.6.3	Ausência de documentos indispensáveis.....	95
3.6.4	Documentos originais e em cópia	95
3.7	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	96
3.8	Outros requisitos.....	96
3.9	Registro e distribuição	98
3.10	Irregularidades na petição inicial	98
4.	Juízo de admissibilidade da petição inicial	98
4.1	Juízo de admissibilidade positivo: recebimento da petição inicial	99
4.1.1	Citação	100
4.1.1.1	Efeitos materiais da citação	100
4.1.1.2	Efeitos processuais da citação	104
4.1.2	Recurso do recebimento da inicial	105
4.2	Juízo de admissibilidade neutro: emenda da petição inicial	106
4.2.1	Prorrogação do prazo.....	107
4.2.2	Emendas sucessivas	108
4.3	Juízo de admissibilidade negativo: rejeição da petição inicial.....	108
4.3.1	Indeferimento da petição inicial.....	108
4.3.2	Regime recursal	111
4.3.3	Improcedência liminar do pedido.....	114

4.3.3.1	Regime recursal	116
5.	Audiência de conciliação ou de mediação.....	117
5.1	Não realização	120
5.2	Dinâmica.....	123
6.	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu.....	124
6.1	Contestação.....	125
6.1.1	Princípios regentes	126
6.1.2	Prazo	128
6.1.3	Defesas processuais.....	129
6.1.3.1	Inexistência ou nulidade da citação	131
6.1.3.2	Incompetência absoluta e relativa	132
6.1.3.3	Incorreção do valor da causa	134
6.1.3.4	Inépcia da petição inicial	135
6.1.3.5	Perempção.....	135
6.1.3.6	Litispendência e coisa julgada.....	135
6.1.3.7	Conexão	136
6.1.3.8	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	137
6.1.3.9	Convenção de arbitragem	137
6.1.3.10	Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	139
6.1.3.11	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	140
6.1.3.12	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça ..	141
6.1.3.13	Outras preliminares.....	141
6.1.4	Defesas substanciais.....	142
6.2	Reconvenção	146
6.2.1	Reconvenção como pedido do réu	147
6.2.2	Reconvenção, ação dúplice e pedido contraposto	151
6.2.3	Pressupostos.....	152
6.2.4	Reconvenção e intervenção de terceiros	154
6.2.5	Procedimento	155
6.2.6	Julgamento	159
6.3	Revelia.....	160

6.4	Outros comportamentos do réu.....	163
6.4.1	Limitação do litisconsórcio	165
6.4.2	Denúnciação da lide	166
6.4.3	Chamamento ao processo	166
6.4.4	Incidente de falsidade documental.....	166
6.4.5	Exibição de documento ou coisa.....	167
6.4.6	Reconhecimento da procedência do pedido.....	167
6.5	Dinâmica das respostas do réu	168

Capítulo 3

Fase ordinatória	169
1. Considerações iniciais	169
2. Providências preliminares.....	170
2.1 Contestação.....	172
2.2 Reconvencção	174
2.3 Revelia.....	175
2.4 Limitação do litisconsórcio.....	177
2.5 Denúnciação da lide e chamamento ao processo	178
2.6 Incidente de falsidade documental	178
2.7 Exibição de documento ou coisa	179
2.8 Reconhecimento jurídico do pedido.....	179
3. Julgamento conforme o estado do processo	180
3.1 Extinção do processo.....	181
3.1.1 Extinção sem resolução de mérito.....	181
3.1.2 Extinção com resolução de mérito	182
3.1.3 Extinção parcial.....	183
3.2 Julgamento antecipado do mérito.....	184
3.2.1 Suficiência de provas	185
3.2.2 Revelia.....	186
3.2.3 Relações com a tutela provisória	187
3.3 Julgamento antecipado parcial do mérito.....	188
3.3.1 Hipóteses.....	189
3.3.2 Cumprimento.....	190

3.3.3	Peculiaridades recursais	193
3.3.4	Dinâmica	195
3.4	Saneamento e organização do processo	196
3.4.1	Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e organização	200
3.4.2	Delimitação consensual das questões de fato e de direito	202
3.4.3	Audiência de saneamento (saneamento cooperativo)	203
3.4.4	Prova testemunhal	205
3.4.5	Prova pericial	206
4.	Estabilização da demanda	207
Capítulo 4		
Fase instrutória		
		209
1.	Considerações iniciais	209
2.	Direito probatório	209
2.1	Prova: conceito, delimitação e classificações	210
2.2	Prova e cognição judicial	211
2.3	Natureza jurídica das regras sobre provas	215
2.4	Sistemas de avaliação da prova	217
2.5	Presunções e indícios	218
2.6	Princípios relativos às provas	220
2.7	Ônus da prova	226
2.8	Objeto da prova	229
2.9	Dinâmica da prova	230
2.9.1	Especialmente a produção da prova	231
2.9.1.1	Prova emprestada	231
2.9.1.2	Prova “fora de terra”	232
2.9.1.3	Produção antecipada de prova	234
2.10	Direito intertemporal	238
3.	Meios de prova	238
3.1	Ata notarial	239
3.2	Depoimento pessoal	241
3.2.1	Depoimento pessoal propriamente dito	242
3.2.2	Interrogatório	243

3.2.3	Depoimento pessoal por iniciativa da parte	243
3.2.4	Produção	244
3.2.5	Recusa	246
3.3	Confissão	246
3.3.1	Classificação	248
3.3.2	Produção	248
3.3.3	Efeitos	249
3.3.4	Indivisibilidade.....	250
3.3.5	Irrevogabilidade e anulação	250
3.4	Exibição de documento ou coisa	251
3.4.1	Natureza jurídica	253
3.4.2	Exibição requerida em face da parte contrária.....	254
3.4.3	Exibição requerida em face de terceiro.....	257
3.4.4	Exibição determinada de ofício.....	258
3.5	Prova documental.....	259
3.5.1	Força probante dos documentos.....	261
3.5.1.1	Documentos públicos e privados.....	261
3.5.1.2	Documentos autênticos e não autênticos. Cópias de documentos	263
3.5.1.3	Documentos autógrafos e heterógrafos	265
3.5.2	Produção	266
3.5.3	Arguição de falsidade.....	268
3.6	Documentos eletrônicos	270
3.7	Prova testemunhal.....	271
3.7.1	Admissibilidade.....	272
3.7.2	Testemunhas.....	273
3.7.3	Produção	275
3.7.4	Intimação	276
3.7.5	Inquirição.....	277
3.7.6	Casos excepcionais de oitiva das testemunhas	278
3.8	Prova pericial	279
3.8.1	Perito e sua nomeação	281
3.8.2	Assistentes técnicos	283

3.8.3	Produção	284
3.8.4	Avaliação	286
3.8.5	Perícia consensual	286
3.8.6	Despesas com a perícia	287
3.9	Inspeção judicial	288
3.9.1	Objeto	289
3.9.1.1	Confronto com a perícia	290
3.9.2	Produção	291
3.9.2.1	Incidência do princípio da identidade física do juiz	292
3.9.3	Contraditório prévio	293
4.	Audiência de instrução e julgamento	293
4.1	Abertura e adiamento da audiência	296
4.2	Instrução e debates	297
4.3	Julgamento	300
4.4	Documentação	300

Capítulo 5

Fase decisória	303
1. Considerações iniciais	303
2. Sentença	304
2.1 Os possíveis conteúdos da sentença	305
2.1.1 Sentenças terminativas (art. 485)	306
2.1.1.1 Indeferimento da petição inicial	307
2.1.1.2 Paralisação e abandono do processo	308
2.1.1.3 Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade e presença de pressupostos processuais negativos	310
2.1.1.4 Irregularidade no exercício do direito de ação	310
2.1.1.5 Desistência	311
2.1.1.6 Intransmissibilidade do direito	313
2.1.1.7 Outros casos	314
2.1.1.8 Atuação oficiosa do magistrado	314
2.1.1.9 Peculiaridade recursal	316
2.1.1.10 Repropositura	317

2.1.2	Sentenças definitivas.....	317
2.1.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	319
2.1.2.2	Decadência ou prescrição.....	319
2.1.2.3	Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos ..	320
2.2	Possibilidade de julgamento de mérito.....	323
2.3	Sentença como ato processual.....	324
2.3.1	Especialmente o dever de fundamentação.....	326
2.3.2	Interpretação.....	329
2.3.3	Outros elementos da sentença.....	329
2.3.4	Ausência de elementos.....	330
2.4	Capítulos da sentença.....	331
2.5	Correlação entre pedido e sentença.....	332
2.5.1	Pedido certo e sentença ilíquida.....	334
2.5.2	Sentença e relação jurídica condicional.....	335
2.5.3	Vícios decorrentes da falta de correlação.....	336
2.6	Fatos (e direito) novos.....	337
2.6.1	Fato novo e autor.....	338
2.6.2	Fato novo e réu.....	339
2.6.3	Direito novo.....	340
2.6.4	Aplicação do art. 493 no âmbito dos Tribunais.....	340
2.6.5	Art. 493 e sucumbência.....	341
2.7	Princípio da invariabilidade da sentença.....	341
2.7.1	Inexatidões materiais ou erros de cálculo.....	342
2.7.2	Embargos de declaração.....	343
2.7.3	Embargos de declaração e erros materiais ou de cálculo.....	343
2.7.4	Outras hipóteses.....	344
2.8	Efeitos principais da sentença.....	344
2.8.1	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	346
2.8.1.1	Prestações de fazer ou não fazer.....	346
2.8.1.2	Prestações de entrega de coisa.....	347
2.8.1.3	Conversão em perdas e danos.....	347
2.8.2	Sentença e emissão de declaração de vontade.....	349

2.9	Efeitos anexos.....	350
2.9.1	Hipoteca judiciária	351
2.9.2	Outros efeitos anexos da sentença.....	352
2.10	Efeitos reflexos	353
3.	Coisa julgada.....	354
3.1	Indiscutibilidade (função negativa e positiva) e imutabilidade.....	356
3.2	Decisões sujeitas à coisa julgada	357
3.3	Da coisa julgada formal e material à coisa julgada com eficácia interna e externa	358
3.4	Limites objetivos	361
3.4.1	Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubsistência da chamada “ação declaratória incidental”	363
3.4.2	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	365
3.4.3	Justiça da decisão	367
3.5	Limites subjetivos.....	368
3.6	Limites temporais.....	370
3.7	Técnicas de contraste	373
3.7.1	Relativização.....	374

Parte II

Ordem dos processos e processos de competência originária dos Tribunais

Capítulo 1

Direito jurisprudencial.....	381
1. Considerações iniciais	381
2. Alcance dos arts. 926 a 928.....	382
3. Nomenclatura empregada e nomenclatura proposta.....	388
3.1 Direito jurisprudencial	394
4. A dinâmica dos indexadores jurisprudenciais.....	398
4.1 Lembrando de regras descartadas	402
5. Em especial o processo de formação dos indexadores jurisprudenciais.....	405

6. Julgamento de casos repetitivos.....	409
Capítulo 2	
Ordem dos processos nos Tribunais.....	411
1. Considerações iniciais.....	411
2. Registro, distribuição e conclusão.....	411
3. Deveres-poderes do relator.....	412
4. Preparativos para o julgamento.....	415
5. Sustentação oral.....	416
6. Dinâmica e documentação dos julgamentos.....	417
7. Técnica de colegiamento da decisão não unânime (art. 942).....	421
Capítulo 3	
Incidente de assunção de competência.....	425
1. Considerações iniciais.....	425
2. Pressupostos e finalidade.....	425
3. Competência.....	427
4. Legitimidade e instauração.....	427
5. Julgamento.....	428
6. Consequências do julgamento.....	428
7. Revisão da tese.....	430
8. Recursos.....	430
Capítulo 4	
Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	431
1. Considerações iniciais.....	431
2. Legitimidade e oportunidade para arguição do incidente.....	433
3. Admissão ou inadmissão do incidente.....	434
3.1 Dispensa.....	435
3.1.1 Oitiva do Ministério Público.....	438
4. Procedimento.....	439
4.1 Instrução.....	439
5. Julgamento e consequências.....	440

Capítulo 5	
Conflito de competência	443
1. Considerações iniciais	443
2. Instauração e legitimidade.....	444
3. Competência.....	446
4. Contraditório	447
5. Suspensão	447
6. Julgamento e consequências.....	447
Capítulo 6	
Homologação de decisão estrangeira e <i>exequatur</i>	449
1. Considerações iniciais	449
2. Abrangência	450
3. Homologação de medidas de urgência	451
4. Elementos para a homologação	452
5. Procedimento.....	454
6. Cumprimento	456
Capítulo 7	
Ação rescisória	459
1. Considerações iniciais	459
2. Natureza jurídica.....	459
3. Requisito genérico.....	460
3.1 Esgotamento da esfera recursal.....	462
4. Legitimidade	463
5. Petição inicial.....	465
5.1 Cumulação de pedidos.....	467
5.2 Recolhimento de multa prévia.....	468
5.3 Juízo de admissibilidade.....	471
5.3.1 Recurso diante do juízo negativo de admissibilidade	472
6. Hipóteses de cabimento	473
6.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	474
6.2 Juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente	475

6.3	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da vencida ou simulação ou colusão das partes a fim de fraudar a lei	476
6.4	Ofensa à coisa julgada	477
6.5	Violação manifesta a norma jurídica	478
6.6	Falsidade de prova	482
6.7	Prova nova	483
6.8	Erro de fato	484
6.9	Fundamentos insubsistentes	486
7.	Tutela provisória.....	488
8.	Citação e defesa.....	489
9.	Procedimento.....	489
9.1	Saneamento e organização do processo	490
9.2	Fase instrutória.....	490
9.3	Fase decisória.....	491
9.3.1	<i>Judicium rescindens e judicium rescissorium</i>	491
9.3.2	Destinação do depósito prévio.....	492
9.3.3	Rescisão e honorários advocatícios arbitrados anteriormente	492
10.	Recursos cabíveis	493
11.	Prazo.....	494
11.1	Prazos diferenciados.....	495
11.2	Natureza do prazo	497
11.3	Fluência	497
11.4	Decadência intercorrente.....	499
11.5	Sucessivas ações rescisórias	499

Capítulo 8

Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	501
1. Considerações iniciais	501
2. Notas de processo legislativo.....	502
3. Feição e pressupostos de admissibilidade.....	502
4. Legitimados.....	504
5. Ofício ou petição de instauração	505
6. Admissibilidade	506

7. Atitudes do relator	508
7.1 Suspensão dos processos	508
7.1.1 A suspensão requerida ao STJ ou ao STF	510
7.2 Instrução	513
8. Julgamento	515
8.1 Abrangência	516
8.2 Consequências	518
8.3 Divulgação	520
8.4 Prazo	521
9. Revisão da tese	522
10. Recurso extraordinário e recurso especial	524

Capítulo 9

Reclamação	527
1. Considerações iniciais	527
2. Natureza jurídica	527
3. Hipóteses de cabimento	529
3.1 Relação com outros recursos ou técnicas de impugnação a decisões judiciais ...	533
4. Competência, legitimidade e petição inicial	533
5. Atitudes do relator e procedimento	534
6. Julgamento e sua efetivação	535
7. Recursos	536

Parte III

Recursos

Capítulo 1

Teoria geral dos recursos	539
1. Considerações iniciais	539
2. Natureza jurídica	539
3. Definição	541

4.	Classificação	542
4.1	Recursos totais ou parciais	542
4.2	Recursos de fundamentação livre ou de fundamentação vinculada	543
4.3	Recursos ordinários ou extraordinários.....	544
4.4	Recursos principal ou adesivo	544
5.	Princípios	546
5.1	Duplo grau de jurisdição	547
5.2	Colegialidade.....	547
5.3	Reserva de plenário	548
5.4	Taxatividade	549
5.5	Unirrecorribilidade.....	550
5.6	Correlação	550
5.7	Fungibilidade	552
5.8	Voluntariedade	554
5.9	Dialeticidade	554
5.10	Recorribilidade temperada das interlocutórias	556
5.11	Consumação.....	556
5.12	Complementariedade	557
5.13	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	557
6.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	558
6.1	Natureza declaratória do juízo de admissibilidade	560
6.2	Juízo de admissibilidade.....	563
6.2.1	Cabimento.....	564
6.2.2	Legitimidade.....	566
6.2.2.1	Partes	566
6.2.2.2	Terceiro	566
6.2.2.3	Ministério Público	568
6.2.3	Interesse	569
6.2.4	Tempestividade.....	570
6.2.5	Regularidade formal	573
6.2.6	Preparo.....	574
6.2.6.1	Dispensa de preparo	575
6.2.6.2	Preparo insuficiente e não recolhimento	576

6.2.7	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo.....	577
6.2.8	Certificação da não interposição de recurso ou de juízo negativo de admissibilidade	579
6.3	Juízo de mérito.....	580
6.3.1	<i>Errores in procedendo e errores in iudicando</i>	580
7.	Efeitos dos recursos.....	582
7.1	Efeito obstativo.....	582
7.2	Efeito suspensivo.....	583
7.3	Efeito regressivo	587
7.4	Efeito diferido	588
7.5	Efeito devolutivo	588
7.6	Efeito translativo	590
7.7	Efeito expansivo	592
7.7.1	O art. 1.013, §§ 3º e 4º	594
7.8	Efeito substitutivo	597
 Capítulo 2		
Apelação		599
1.	Considerações iniciais	599
2.	Cabimento	599
2.1	Fungibilidade	602
3.	Regularidade formal	603
3.1	Apresentação de novos fatos.....	605
4.	Procedimento.....	606
5.	Efeitos.....	607
5.1	Efeito suspensivo.....	608
5.1.1	Homologação de divisão e demarcação	608
5.1.2	Pagamento de alimentos	609
5.1.3	Embargos à execução.....	611
5.1.3.1	Embargos à ação monitória.....	612
5.1.4	Pedido de instituição de arbitragem.....	612
5.1.5	Confirmação, concessão ou revogação de tutela provisória	613
5.1.6	Interdição	615

5.1.7	Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	615
5.1.8	Retirada <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo.....	616
5.2	Efeito devolutivo	617
5.3	Efeito translativo	617
5.4	Efeito expansivo	618
6.	Processamento no Tribunal	619
7.	Apelação e juízo negativo de admissibilidade da petição inicial.....	620

Capítulo 3

Agravo de Instrumento.....	621
1. Considerações iniciais	621
2. Cabimento	622
2.1 Tutela provisória.....	625
2.2 Mérito do processo.....	626
2.3 Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	627
2.4 Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	628
2.5 Exibição ou posse de documento ou coisa.....	628
2.6 Litisconsórcio	628
2.7 Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	629
2.8 Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	630
2.9 Redistribuição do ônus da prova	630
2.10 Outros casos.....	631
2.11 Liquidação, cumprimento de sentença, processo de execução e inventário.....	632
2.12 Uma reflexão necessária	633
3. Interposição	635
3.1 Formação do instrumento	637
4. Apresentação na primeira instância	640
5. Processamento e julgamento	642

Capítulo 4

Agravo interno	645
1. Considerações iniciais	645

2. Cabimento	646
3. Petição de interposição.....	647
4. Prazo.....	648
5. Julgamento.....	649
5.1 Sustentação oral	649
5.2 Aplicação de multa.....	649
6. Recursos cabíveis e outros meios de controle.....	651

Capítulo 5

Embargos de declaração	653
1. Considerações iniciais	653
2. Hipóteses de cabimento	654
3. Interposição	656
4. Prazo.....	659
5. Contraditório	660
6. Efeitos.....	660
6.1 Efeito suspensivo.....	661
6.2 Efeito devolutivo	662
6.3 Efeito translativo	662
6.4 Efeito regressivo	662
6.4.1 Um desdobramento	663
7. Julgamento.....	664
8. Multa	666
9. Embargos de declaração e prequestionamento.....	668

Capítulo 6

Recurso ordinário	671
1. Considerações iniciais	671
2. Hipóteses de cabimento	671
2.1 Recurso ordinário e a “tutela jurisdicional das liberdades públicas das diversas gerações”.....	672
2.2 Causas que envolvem Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.....	675
3. Efeitos.....	677

4.	Procedimento.....	679
5.	Julgamento.....	681
Capítulo 7		
	Recurso extraordinário e recurso especial.....	683
1.	Considerações iniciais	683
2.	Hipóteses de cabimento	684
2.1	Causa decidida (prequestionamento).....	685
2.1.1	O art. 1.025 do CPC.....	694
2.2	Única ou última instância.....	695
3.	Hipóteses específicas de cabimento do recurso extraordinário.....	697
3.1	Contrariar dispositivo da Constituição Federal.....	697
3.2	Declarar a inconstitucionalidade de lei ou tratado federal.....	698
3.3	Validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	699
3.4	Validade de lei local contestada em face de lei federal.....	700
3.5	Repercussão geral	701
3.5.1	A disciplina infraconstitucional da repercussão geral	702
3.5.2	O processo de identificação da repercussão geral	704
3.5.3	Após o reconhecimento da repercussão geral.....	705
4.	Hipóteses específicas de cabimento do recurso especial.....	707
4.1	Contrariar ou negar vigência a lei federal.....	708
4.2	Validade de ato de governo local confrontado com lei federal.....	710
4.3	Recurso especial pela divergência jurisprudencial.....	711
5.	Petição de interposição.....	712
5.1	Recurso especial fundado na divergência jurisprudencial	715
5.2	Prazo.....	717
6.	Interposição e atividade no Tribunal <i>a quo</i>	719
6.1	Interposição simultânea.....	722
6.2	Reenvio	724
7.	Efeitos.....	726
7.1	Efeito translativo	726
7.2	Efeito suspensivo.....	729

8. Julgamento	730
9. Recursos extraordinário e especial repetitivos	733
9.1 Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção	734
9.2 Suspensão dos processos determinada pelo TJ e TRF	735
9.3 Decisão de afetação	736
9.4 Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores	739
9.4.1 Suspensão no caso do incidente de resolução de demanda repetitiva ...	741
9.5 Preparação para julgamento	742
9.6 Julgamento e consequências	744
9.6.1 No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça	744
9.6.2 Nos Tribunais de Justiça, nos Tribunais Regionais Federais e na primeira instância	745
9.7 Manutenção do acórdão recorrido	750
9.8 Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem	750

Capítulo 8

Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	753
1. Considerações iniciais	753
2. Hipótese de cabimento	753
3. Interposição	755
4. Prazo	757
5. Processamento	757

Capítulo 9

Embargos de divergência	759
1. Considerações iniciais	759
2. Hipóteses de cabimento	760
2.1 Prova e demonstração da divergência	764
3. Efeitos	765
4. Procedimento	766
5. Julgamento	767

Capítulo 10

Sucedâneos recursais	771
-----------------------------------	-----

1.	Considerações iniciais	771
2.	Remessa necessária.....	772
2.1	Ineficácia da sentença proferida contra o Poder Público	774
2.2	Remessa necessária e contraditório	775
2.3	Hipóteses de cabimento.....	776
2.4	Hipóteses de dispensa	777
2.5	Relação com outros recursos e com o art. 942	779
2.6	Remessa necessária e <i>reformatio in pejus</i>	781
3.	Ação anulatória (art. 966, § 4º)	782
3.1	Hipóteses de cabimento.....	784
3.2	Procedimento	785
4.	Pedido de suspensão	786
4.1	Dinâmica.....	788
5.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	792
5.1	Hipóteses de cabimento.....	793
5.1.1	A hipótese do art. 5º, II, da LMS.....	794
5.1.2	A hipótese do art. 5º, III, da LMS.....	798
5.2	Mandado de segurança contra ato judicial e recurso cabível	798
5.3	Procedimento	799
6.	Pedido de reconsideração	801
6.1	Natureza jurídica.....	801
6.2	Pedido de reconsideração e preclusão.....	801
6.3	O futuro do pedido de reconsideração.....	802
7.	Correição parcial	802
7.1	Natureza jurídica.....	802
7.2	Previsões normativas	803
7.3	O papel a ser desempenhado pela correição parcial.....	804
	<i>Bibliografia citada e consultada</i>	807
	<i>Sites consultados</i>	823

volume

3

Cassio SCARPINELLA Bueno

**Curso
Sistematizado
de Direito
Processual Civil**

Tutela Jurisdicional Executiva

9ª edição
2020

saraiva 



Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira Estevão Bula Gonçalves
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão	C&C Criações e Textos Ltda.
Capa	Danilo Zanott / Aero Comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Barтира

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**

Bueno, Cassio Scarpinella

Curso sistematizado de direito processual civil, vol. 3 :
Tutela jurisdicional executiva / Cassio Scarpinella Bueno. – 9.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
712 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1407-3 (impresso)

1. Processo civil I. Título.

20-0104

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9

Data de fechamento da edição: 27-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

Sumário

<i>Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015</i>	29
<i>Nota prévia às edições de 2020 do Curso sistematizado</i>	35
<i>Abreviaturas</i>	39

Parte I Liquidação

Capítulo 1

Liquidação como etapa de processo	45
1. Considerações iniciais	45
2. Natureza jurídica.....	47
3. Nomenclatura	50
4. Localização do instituto.....	52

Capítulo 2

Modalidades e regime jurídico	55
1. Considerações iniciais	55
2. Requerimento para início	58
3. Liquidação parcial.....	59
4. Cálculo aritmético	60
4.1 Atualização financeira e CNJ	60
5. Limites cognitivos da liquidação.....	61
5.1 A “liquidação-zero”	65
6. Liquidação por arbitramento.....	67
7. Liquidação pelo procedimento comum	69
8. Natureza da decisão e respectivo recurso na liquidação	72
9. Coisa julgada.....	77
10. Despesas e custas	77

11. Honorários advocatícios.....	78
12. Nos casos de memória de cálculo.....	80
13. Liquidação provisória.....	81

Parte II

Aspectos gerais da concretização da tutela jurisdicional executiva

Capítulo 1

Classificação e princípios.....	87
1. Considerações iniciais.....	87
1.1 Plano de trabalho.....	91
2. Classificação.....	92
2.1 Quanto à origem do título executivo.....	92
2.1.1 As regras de reenvio dos arts. 513, <i>caput</i> , e 771.....	93
2.2 Quanto à estabilidade do título executivo.....	94
2.3 Quanto à modalidade da obrigação.....	94
2.3.1 Quanto à origem da dívida.....	95
2.3.2 Quanto à solvabilidade do devedor.....	95
2.4 Quanto aos efeitos.....	96
3. Princípios.....	98
3.1 Do princípio da autonomia ao princípio do sincretismo.....	98
3.2 Princípio do título executivo.....	99
3.3 Princípio da patrimonialidade.....	100
3.4 Princípio da disponibilidade.....	102
3.5 Princípio da adequação.....	104
3.6 Do princípio da tipicidade ao da atipicidade dos atos executivos.....	104
3.7 Princípios do resultado e da menor gravosidade ao executado: a concretização equilibrada da tutela jurisdicional executiva.....	106
3.8 Princípio da lealdade: os atos atentatórios à dignidade da justiça.....	107
3.8.1 Cobrança de multas ou indenizações pela litigância de má-fé.....	109
3.9 Princípio da responsabilidade.....	110

Capítulo 2

O processo ao ensejo da concretização da tutela jurisdicional executiva	113
1. Considerações iniciais	113
2. Competência	116
2.1 Competência na etapa de cumprimento de sentença	117
2.2.1 Opções do exequente	118
2.2.2 Competência na execução fundada em título extrajudicial.....	120
3. Petição inicial.....	121
3.1 Cumulação de pedidos.....	125
3.2 Elementos da postulação	126
3.3 Certidão de “admissibilidade da execução”	126
3.3.1 O “ajuizamento da execução”	127
3.3.2 Uma faculdade para o exequente	128
3.3.3 Elementos da certidão	128
3.3.4 Averbação e não registro	129
3.3.5 A comunicação da averbação	129
3.3.6 Cancelamento das averbações.....	130
3.3.7 Fraude à execução	131
3.3.8 Responsabilização do exequente	132
4. Suspensão das atividades executivas.....	133
5. Decisões.....	136
6. Recursos.....	138
7. Procedimento.....	139

Capítulo 3

O exercício do direito de ação ao ensejo da concretização da tutela jurisdicional executiva	141
1. Considerações iniciais	141
2. Legitimidade das partes.....	143
2.1 Pluralidade de partes e intervenção de terceiros.....	148
3. Interesse de agir	150
4. O “mérito” e a possibilidade de seu julgamento.....	155

Capítulo 4

Título executivo	159
1. Considerações iniciais	159
2. Obrigação certa, exigível e líquida	160
3. O título executivo como <i>prova</i> de uma obrigação certa, exigível e líquida	162
3.1 Eficácia abstrata do título executivo	166
3.2 Título executivo e “ação relativa ao débito”	167
4. Títulos executivos judiciais	168
4.1 Decisão que reconhece exigibilidade da obrigação	168
4.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial	172
4.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial	173
4.4 Formal e certidão de partilha	173
4.5 Crédito de auxiliar da Justiça	174
4.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado	176
4.7 Sentença arbitral	178
4.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras	181
4.9 Acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo (regra vetada)	181
4.10 Citação para início da etapa de liquidação ou de cumprimento	182
4.10.1 Em outros casos	184
5. Títulos executivos extrajudiciais	185
5.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	185
5.2 Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	187
5.3 Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas .	187
5.4 Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	188
5.5 Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	189
5.6 Contrato de seguro de vida em caso de morte	190
5.7 Crédito decorrente de foro e laudêmio	191
5.8 Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios	191
5.9 Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	192

5.10 Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício	192
5.11 Certidão de serventia notarial ou registral.....	193
5.12 A norma de encerramento	194
5.13 Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros.....	197

Capítulo 5

Cumprimento provisório	199
1. Considerações iniciais	199
2. Nomenclatura	199
3. Conceito e espécies (cumprimento provisório <i>ope legis</i> e <i>ope judicis</i>)	202
4. Regime do cumprimento provisório	206
5. Prestação da caução.....	208
6. Impugnação	209
7. Incidência de multa no caso de não pagamento.....	211
8. Honorários de advogado	212
9. Retorno ao estado anterior	214
10. Outras modalidades obrigacionais.....	215
11. Duas situações peculiares	216
12. Cumprimento provisório e Fazenda Pública.....	218
13. Execução provisória e título executivo extrajudicial.....	220
14. Dispensa da caução	221
14.1 Manutenção da caução	224
15. Documentação para o cumprimento provisório.....	225
16. Momento de formulação do requerimento	228
17. Flexibilização dos atos executivos	229
17.1 Cumprimento de decisões concessivas de tutela provisória.....	231

Parte III

Técnicas executivas relativas à obrigação de pagar quantia certa

Capítulo 1

Com base em título judicial	237
--	------------

1. Considerações iniciais	237
2. Nomenclatura	240
3. Formação, suspensão e extinção da etapa de cumprimento da sentença	241
4. Finalidade	242
5. Início da etapa de cumprimento de sentença.....	243
5.1 Requerimento do exequente.....	245
5.2 Iniciativa do exequente para a etapa de cumprimento da sentença.....	247
5.3 Intimação e suas modalidades	248
5.4 Inércia no início da etapa de cumprimento e prescrição	251
6. Legitimidade passiva para o cumprimento de sentença	256
7. Comparecimento espontâneo	257
8. Cumprimento de sentença por iniciativa do executado	258
8.1 Legitimidade	259
8.1.1 Nos casos em que a Fazenda Pública é devedora	260
8.2 A iniciativa do devedor.....	260
8.3 Contraditório e consequências	262
8.4 Críticas ao art. 526.....	263
8.5 Ausência de manifestação do credor	264
8.6 Outras modalidades obrigacionais.....	264
8.7 O art. 526 e a “garantia da execução”	265
9. Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	265
9.1 Iniciativa do exequente.....	266
9.2 O requerimento para início da etapa de cumprimento da sentença.....	269
9.2.1 Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito	270
9.2.1.1 Discordância do executado com o valor indicado pelo exequente.....	272
9.2.1.2 Cálculos excessivos.....	272
9.2.1.3 Dispersão dos elementos para elaboração do demonstrativo.....	273
9.2.1.4 Hipótese de atuação da Defensoria Pública	275
9.3 Pagamento voluntário.....	276
9.4 Incidência da multa.....	278
9.5 Pagamento parcial	279

9.6	Depósito.....	279
9.7	Não pagamento e início dos atos executivos.....	281
9.8	Fluência do prazo para pagamento.....	282
10.	Protesto de decisão judicial transitada em julgado.....	284
10.1	Lavratura do protesto.....	286
10.2	Protesto e ação rescisória.....	287
10.3	Cancelamento do protesto.....	287
10.4	Protesto de decisão não transitada em julgado.....	289
10.5	Sustação do protesto.....	290
10.6	Negativação do executado.....	291

Capítulo 2

	Com base em título extrajudicial.....	295
1.	Considerações iniciais.....	295
2.	Petição inicial.....	295
3.	Citação.....	296
3.1	O mandado de citação.....	297
3.2	Arresto de bens.....	299
4.	Pagamento.....	300
4.1	Fluência do prazo para pagamento.....	301
5.	Penhora e avaliação de bens.....	302
5.1	Indicação de bens à penhora pelo exequente.....	303
5.2	Intimação do executado para indicação de bens à penhora.....	303
5.3	Intimação da penhora.....	305
5.4	Outras intimações.....	306

Capítulo 3

	Responsabilidade patrimonial.....	307
1.	Considerações iniciais.....	307
2.	Débito e responsabilidade.....	308
3.	Bens do sucessor a título singular.....	309
4.	Os bens do sócio.....	310
5.	Os bens do devedor em poder de terceiros.....	312

6. Bens do cônjuge ou do companheiro.....	312
7. Fraude à execução.....	315
7.1 Hipóteses	315
7.2 Registro	317
7.3 Contraditório prévio.....	319
8. Fraude a credores.....	319
9. Responsável nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	320

Capítulo 4

Penhora	323
1. Considerações iniciais	323
2. Impenhorabilidade absoluta	323
2.1 Bens inalienáveis e os não sujeitos à execução	324
2.2 Móveis.....	325
2.3 Vestuários e pertences de uso pessoal	326
2.4 Valores destinados à subsistência do executado	326
2.5 Bens para o exercício da profissão	328
2.6 Seguro de vida.....	329
2.7 Obras em andamento	329
2.8 Pequena propriedade rural	329
2.9 Recursos públicos.....	330
2.10 Depósitos em caderneta de poupança.....	330
2.11 Recursos públicos do fundo partidário	332
2.12 Créditos de alienação de unidades imobiliárias.....	332
2.13 Crédito para aquisição do bem	333
3. Impenhorabilidade relativa.....	334
4. A ordem da penhora	334
4.1 Dinheiro.....	335
4.1.1 Efetivação	336
4.1.1.1 Penhora em dinheiro	338
4.1.1.2 Iniciativa do exequente.....	339
4.1.1.3 Possibilidade de a penhora on line ser feita imediatamente ..	339
4.1.1.4 Dispensa de prévio contraditório	340

4.1.1.5	O sistema eletrônico empregado.....	341
4.1.1.6	Limite da indisponibilidade.....	342
4.1.1.7	O contraditório após a indisponibilização.....	342
4.1.1.7.1	Tutela de terceiro.....	344
4.1.1.8	Conversão em penhora.....	344
4.1.1.9	Cancelamento da indisponibilidade.....	345
4.1.1.10	Responsabilidade da instituição financeira.....	345
4.1.1.11	Penhora eletrônica de outros bens.....	346
4.1.1.12	Quando se tratar de partidos políticos.....	346
4.2	Títulos da dívida pública.....	347
4.3	Títulos e valores mobiliários.....	347
4.4	Veículos.....	347
4.5	Bens imóveis.....	347
4.6	Bens móveis.....	350
4.6.1	Frutos e rendimentos de coisa imóvel ou móvel.....	350
4.7	Semoventes.....	351
4.8	Navios e aeronaves.....	352
4.9	Ações e quotas sociais.....	352
4.9.1	Efetivação.....	353
4.10	Faturamento de empresa.....	354
4.10.1	Efetivação.....	355
4.10.2	Penhora de empresa e outros estabelecimentos.....	355
4.10.2.1	Efetivação.....	356
4.11	Pedras e metais preciosos.....	356
4.12	Direitos aquisitivos de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia.....	357
4.13	Outros direitos.....	357
4.13.1	Efetivação.....	358
4.14	Execução de crédito com garantia real.....	360
5.	Realização da penhora.....	360
5.1	Lugar.....	361
5.2	Auto de penhora.....	363

5.3	Depósito.....	363
5.3.1	Devolução do bem.....	364
5.4	Intimações.....	365
5.5	Averbação.....	367
6.	Modificações da penhora.....	368
6.1	Substituição.....	368
6.1.1	Não observância da ordem legal	369
6.1.2	Penhora sobre coisa certa.....	370
6.1.3	Penhora de bens no foro da execução	370
6.1.4	Penhora de bens já penhorados ou gravados.....	370
6.1.5	Penhora de bens de baixa liquidez.....	371
6.1.6	Nova penhora pela frustração de anterior alienação judicial.....	371
6.1.7	Falta de cumprimento de deveres pelo executado	371
6.1.8	Fiança bancária ou seguro	372
6.1.9	Procedimento	372
6.2	Redução ou ampliação.....	373
6.3	Nova penhora.....	374
7.	Avaliação dos bens penhorados	374
7.1	Desnecessidade de avaliação	375
7.2	Avaliação	376
7.3	Nova avaliação	376
8.	Atos antecedentes à expropriação dos bens penhorados	378
9.	Alienação antecipada.....	378

Capítulo 5

Mecanismos expropriatórios.....	381
1. Considerações iniciais	381
2. Remição da execução	382
3. Adjudicação	384
3.1 Objeto da adjudicação.....	385
3.2 Legitimidade para adjudicar	385
3.2.1 Cônjuge, companheiro, ascendentes e descendentes.....	386
3.2.2 Outros credores.....	387

3.2.3	Sócios.....	387
3.2.4	Pluralidade de pretendentes.....	388
3.3	Prazo.....	388
3.4	Contraditório.....	391
3.5	Valor e depósito.....	392
3.6	Deferimento.....	393
3.6.1	Auto de adjudicação.....	395
3.6.2	Carta de adjudicação e mandado de entrega do bem.....	395
3.7	Nova adjudicação.....	396
4.	Alienação.....	397
4.1	Alienação por iniciativa particular.....	397
4.1.1	Procedimento.....	398
4.1.2	Documentação.....	400
4.1.3	Regulamentação pelos Tribunais.....	400
4.2	Alienação em leilão judicial.....	401
4.2.1	Leiloeiro.....	402
4.2.2	Edital.....	403
4.2.2.1	Descrição do bem penhorado.....	403
4.2.2.2	Valor do bem, preço mínimo, condições de pagamento e comissão.....	404
4.2.2.3	Localização do bem.....	404
4.2.2.4	Modo e local de realização.....	405
4.2.2.5	Dia, local e hora de segundo leilão.....	405
4.2.2.6	Ônus, recursos e processos pendentes.....	405
4.2.2.7	Publicação do edital.....	407
4.2.3	Não realização do leilão.....	407
4.2.4	Intimações prévias.....	408
4.2.4.1	Especificamente o exequente com penhora averbada.....	410
4.2.4.2	Exequentes que tenham averbado a execução.....	410
4.2.4.3	Cônjuge ou companheiro.....	411
4.2.4.4	Modo de intimação.....	411
4.2.4.5	Descumprimento.....	411
4.2.4.5.1	Ausência de menção a ônus.....	413

4.2.5	Arrematação	413
4.2.5.1	Legitimados para a arrematação	414
4.2.5.1.1	Legitimidade do exequente	415
4.2.5.2	Preço vil	416
4.2.5.3	Diversidade de pretendentes.....	419
4.2.5.4	Pagamento.....	419
4.2.5.4.1	Não pagamento ou não prestação da caução ..	422
4.2.5.4.2	Sub-rogação do fiador.....	423
4.2.5.4.3	Pagamento por terceiro	423
4.2.5.5	Alienação de parte de imóvel	423
4.2.5.6	Alienação de imóvel de incapaz	424
4.2.5.7	Suspensão da arrematação	425
4.2.5.8	Auto de arrematação.....	426
4.2.5.8.1	Ordem de entrega e carta de arrematação.....	427
4.2.5.9	Carta de arrematação	427
4.2.5.9.1	Conteúdo.....	428
4.2.5.9.2	Bens móveis.....	428
4.2.5.10	Remição do bem.....	429
4.2.5.11	Irretratibilidade da arrematação	429
4.2.5.12	Invalidação, ineficácia ou resolução da arrematação.....	430
4.2.5.12.1	Invalidação	431
4.2.5.12.2	Ineficácia	431
4.2.5.12.3	Resolução	431
4.2.5.12.4	Arguição	432
4.2.5.13	Desistência da arrematação.....	433
5.	Apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens	434
5.1	Natureza jurídica.....	435
5.2	Pressupostos para concessão.....	435
5.2.1	Instante procedimental para instituição	436
5.2.2	Instituição	437
5.2.3	Nomeação do administrador-depositário	438
5.3	Alienação do bem.....	439

5.4	Recebimento de aluguéis	439
5.5	Locação do bem	440
5.6	Encerramento.....	440
Capítulo 6		
Satisfação do crédito.....		443
1.	Considerações iniciais	443
2.	Entrega de dinheiro.....	444
2.1	Levantamento pelo exequente	445
2.2	Concurso singular de credores	446
2.3	Quitação do valor levantado.....	446
2.4	Cumprimento provisório.....	447
2.5	Vedação de entrega de dinheiro	447
2.6	Suficiência do pagamento ao exequente	447
2.7	Insuficiência do pagamento	448
3.	Concurso singular de credores	448
3.1	Legitimados a participar	449
3.2	Ordem de preferência na perspectiva do plano material	450
3.3	Ordem de preferência na perspectiva do plano processual.....	451
3.4	Procedimento	452
3.5	Prazo	454
3.6	Encerramento.....	455
3.7	Credores não satisfeitos	456
4.	Extinção do processo	456
Capítulo 7		
Obrigação de prestar alimentos.....		459
1.	Considerações iniciais	459
2.	Dívida alimentar.....	461
2.1	Classificação dos alimentos.....	462
3.	Técnicas executivas	465
4.	Intimação do executado para pagar, comprovar ou justificar	466
4.1	Peculiaridades da intimação	469
4.2	Peculiaridades da fluência e da contagem do prazo	470

5.	Protesto.....	471
6.	Prisão civil	473
7.	Multa coercitiva.....	477
8.	Competência para o cumprimento	480
9.	Desconto em folha	480
9.1	Desconto sobre outras rendas e rendimentos.....	482
10.	Técnicas executivas tradicionais	482
11.	Tipos de alimentos tutelados.....	483
12.	Indícios da prática de crime de abandono material.....	485
13.	Constituição de capital.....	486
13.1	Dinâmica.....	487
13.2	Alteração das garantias	488
13.3	Salário mínimo como referência	488
13.4	Liberação das garantias.....	490
14.	Outros mecanismos executivos e alimentos indenizativos	490
15.	Em se tratando de título executivo extrajudicial	491

Capítulo 8

	Obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	493
1.	Considerações iniciais	493
2.	Abrangência dos arts. 534 e 535	495
3.	Procedimento jurisdicional constitucionalmente diferenciado.....	496
4.	O art. 100 da Constituição Federal.....	497
4.1	Alcance da expressão “Fazenda Pública”	507
5.	O requerimento para início da etapa de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	509
6.	Exclusão da multa do art. 523, § 1º	510
7.	Impugnação	512
7.1	Inexigibilidade da obrigação diante de decisão de inconstitucionalidade do STF	514
7.2	Efeito suspensivo.....	514
7.3	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor.....	516

8. Honorários advocatícios.....	518
9. Em se tratando de título executivo extrajudicial.....	520
9.1 Dinâmica dos embargos à execução.....	522

Parte IV

Técnicas executivas relativas à obrigação de fazer e de não fazer

Capítulo 1

Com base em título judicial.....	527
1. Considerações iniciais.....	527
2. Obrigações de fazer e não fazer no plano material.....	528
3. Cumprimento da sentença de obrigações de fazer ou de não fazer.....	530
4. Prazo para cumprimento.....	532
5. Tutela específica, resultado prático equivalente e perdas e danos.....	532
6. Técnicas executivas.....	535
6.1 Busca e apreensão.....	537
6.2 Crime de desobediência.....	538
6.3 A multa e sua natureza jurídica.....	539
6.3.1 Periodicidade.....	541
6.3.2 Majoração e redução.....	541
6.3.3 Beneficiário.....	547
6.3.4 Cumprimento provisório.....	548
6.3.5 Subsistência diante de julgamento posterior em sentido contrário..	550
6.3.6 Intimação pessoal para cobrança.....	551
7. Deveres de caráter não obrigacional.....	552
8. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	555

Capítulo 2

Com base em título extrajudicial.....	557
1. Considerações iniciais.....	557
2. Obrigação de fazer.....	557

2.1	Petição inicial e citação do executado	558
2.1.1	Honorários advocatícios	560
2.2	Comportamentos do executado	560
2.3	Cumprimento por terceiro	562
2.4	Perdas e danos	565
2.5	Defesa do executado	566
3.	Obrigação de não fazer	566
3.1	Petição inicial, citação e comportamentos do executado	567
3.2	Defesa do executado	568

Parte V

Técnicas executivas relativas à obrigação de entrega de coisa

Capítulo 1

	Com base em título judicial	571
1.	Considerações iniciais	571
2.	Obrigações de entrega de coisa no plano material	572
3.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	573
4.	No caso de cumprimento derivado de tutela provisória concedida liminarmente ...	575
5.	Posturas do executado	576
6.	Direito de retenção	577
7.	Impugnação	579

Capítulo 2

	Com base em título extrajudicial	581
1.	Considerações iniciais	581
2.	Obrigação de dar coisa certa	581
2.1	Petição inicial e comportamentos possíveis do executado	581
2.1.1	Honorários advocatícios	582
2.2	Entrega ou depósito da coisa	583

2.3	A não entrega da coisa	585
2.4	Conversão em perdas e danos	586
2.5	Defesa do executado	587
3.	Obrigação de dar coisa incerta	589
3.1	Incidente de individualização da coisa	590
3.2	Aplicação subsidiária da disciplina da execução de dar coisa certa	591
3.3	Defesa do executado	592

PARTE VI

Defesas do executado

Capítulo 1

Impugnação	595
1. Considerações iniciais	595
2. Impugnação como defesa	595
3. Prazo	599
3.1. Nos casos de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa	601
4. Prévia garantia de juízo	602
5. Matérias arguíveis na impugnação	602
5.1 Falta ou nulidade da citação	602
5.2 Ilegitimidade de parte	604
5.3 Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	605
5.3.1 Inexigibilidade decorrente de pronunciamento de inconstitucionalidade	605
5.4 Penhora incorreta ou avaliação errônea	610
5.5 Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	611
5.6 Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	612
5.7 Causas modificativas ou extintivas da obrigação	612
5.8 Nulidade de sentença arbitral	613
6. Suspeição e impedimento	616
7. Efeito suspensivo	617

8. Procedimento	619
9. Decisões e recursos	620
10. Honorários advocatícios	621
11. Despesas processuais	622
12. Manifestações do executado após a impugnação	623

Capítulo 2

Embargos à execução	627
1. Considerações iniciais	627
2. Natureza jurídica	628
3. Apresentação dos embargos à execução	632
3.1 Competência	633
4. Legitimidade	635
5. Prazo	636
5.1 Litisconsórcio passivo na execução	637
5.2 Execução por carta	638
5.3 Pluralidade de advogados	639
6. Rejeição liminar	639
6.1 Embargos intempestivos	640
6.2 Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido	640
6.3 Embargos manifestamente protelatórios	641
6.4 Outros casos	642
7. Efeito suspensivo	643
7.1 Atribuição	643
7.2 Prévia oitiva do exequente	647
7.3 Efeito suspensivo parcial	647
7.4 Revisão da decisão concessiva	648
7.5 Efeito suspensivo e pluralidade de embargos	649
7.6 Substituição, reforço e redução de penhora e avaliação de bens	649
7.7 Recorribilidade da decisão relativa ao efeito suspensivo	650
8. Fundamentos	651
8.1 Nulidade da execução	653
8.2 Penhora incorreta ou avaliação errônea	654

8.3	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	655
8.4	Retenção de benfeitorias	656
8.5	Incompetência	657
8.6	Outros fundamentos	657
8.6.1	Embargos à execução e reconvenção	659
9.	Impedimento ou suspeição	660
10.	Procedimento	661
11.	Julgamento	662
12.	Recursos	665
13.	Coisa julgada	666
 Capítulo 3		
Moratória	669
1.	Considerações iniciais	669
2.	Natureza jurídica	669
3.	Pressupostos	671
4.	Oitiva do exequente e deferimento	672
4.1	Demora no deferimento	674
5.	Descumprimento	674
6.	Renúncia do direito de apresentar embargos à execução	675
7.	Moratória e embargos parciais	676
8.	Inaplicabilidade ao cumprimento de sentença	677
 Capítulo 4		
Outros meios de defesa do executado	681
1.	Considerações iniciais	681
2.	Insubsistência das exceções e objeções de pré-executividade	681
2.1	Procedimento	687
3.	Outras iniciativas	689
 <i>Bibliografia citada e consultada</i>	 693
<i>Sites consultados</i>	715